

JE

Jornal dos Economistas

Nº 353 Janeiro de 2019

Órgão Oficial do Corecon-RJ e Sindecon-RJ

A Economia sob Bolsonaro

Plínio de Arruda Sampaio Jr, Victor Leonardo de Araujo, Rubens Sawaya, Luiz Fernando de Paula e Roberto Requião traçam cenários econômicos e políticos para os próximos anos do novo governo.



Fórum investiga a política orçamentária da Prefeitura do Rio de Janeiro para a Saúde

Trabalho de Lucas de Carvalho Martins, um dos vencedores do 28º Prêmio de Monografia

A Economia sob Bolsonaro

A primeira edição de 2019 dedica-se a traçar cenários econômicos, políticos e sociais para os próximos anos do novo governo.

Na abertura do bloco temático, Plínio de Arruda Sampaio Jr, da Unicamp, prevê que, ao dobrar a dose do ajuste neoliberal, Bolsonaro deve aprofundar a reversão neocolonial e adaptar o Brasil à posição de produtor de bens primários, ampliar a pilhagem do grande capital, adequar os trabalhadores às condições rebaixadas de uma economia primário-exportadora e dismantlar o arremedo de Estado de bem-estar social da Constituição de 1988.

Victor Leonardo de Araujo, da UFF, afirma que o desafio de curto prazo é gerar empregos para parte dos desempregados e desalentados e o de longo prazo é o desbalanceamento da estrutura produtiva nacional, com a baixa participação da indústria de transformação, primarização da pauta exportadora e baixa produtividade. Ele prevê mais um ano de estagnação econômica e desemprego elevado.

Rubens Sawaya, da PUCSP, afirma que há mais dúvidas do que pistas de quais serão as ações do governo Bolsonaro. O autor arrisca conjecturas: os ricos com dinheiro no banco se protegerão em seus carros blindados dos pobres cada vez mais pobres, enquanto a classe média empobrecida terá que se contentar com a expulsão dos pobres dos aeroportos.

Luiz Fernando de Paula, da Uerj, indaga se a adoção de políticas ortodoxas-liberais em contexto de ociosidade e cenário internacional nebuloso não poderá abortar um crescimento econômico que poderia ser mais virtuoso. Ele conclui que o mais provável é termos um crescimento anêmico nos próximos anos.

No fechamento do bloco temático, o senador Roberto Requião avalia que o novo governo nasce sem rumo claro. Ele alerta que um possível fracasso do governo pode abrir o campo para alguém ainda pior e mais radical do que Bolsonaro.

Na sequência, publicamos mais um resumo dos textos vencedores do 28º Prêmio de Monografia Economista Celso Furtado. O trabalho de Lucas de Carvalho Martins, da UFRRJ-Seropédica, foi um dos primeiros colocados.

O artigo do Fórum investiga o histórico da política orçamentária adotada pela Prefeitura do Rio de Janeiro na pasta da Saúde.

Sumário

Bolsonaro	3
<i>Plínio de Arruda Sampaio Jr</i>	
Acima de tudo e de todos, a tirania do mercado	
Bolsonaro	4
<i>Victor Leonardo de Araujo</i>	
B17, ano 1: mais estagnação e desemprego	
Bolsonaro	6
<i>Rubens Sawaya</i>	
Há racionalidade no caos?	
Bolsonaro	8
<i>Luiz Fernando de Paula</i>	
Perspectivas para a economia brasileira	
Bolsonaro	9
<i>Roberto Requião</i>	
Por onde vai Bolsonaro?	
Monografia	11
<i>Lucas de Carvalho Martins</i>	
O papel da estrutura produtiva e ocupacional na diferença salarial de homens e mulheres: uma análise para a região Sudeste do Brasil	
Fórum Popular do Orçamento	13
Orçamento da Saúde na UTI	
Alunos do curso do Corecon-RJ obtêm aprovação no exame da Anpec	
16	
Agenda de cursos	
Seleção de professores	

O Corecon-RJ apóia e divulga o programa Faixa Livre, apresentado por Paulo Passarinho, às segundas de 9h às 10h e de terça a sexta de 8h às 10h, na Rádio Bandeirantes, AM, do Rio, 1360 kHz ou na internet: www.aepet.org.br.

Conselho Editorial: Sidney Pascounto da Rocha, João Manoel Gonçalves Barbosa, Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, Marcelo Pereira Fernandes, Gisele Rodrigues, Wellington Leonardo da Silva, Paulo Passarinho, Sergio Carvalho C. da Motta, José Ricardo de Moraes Lopes e Gilberto Caputo Santos. **Jornalista Responsável:** Marcelo Cajueiro. **Edição:** Diagrama Comunicações Ltda-ME (CNPJ: 74.155.763/0001-48; tel.: 21 2232-3866). **Projeto Gráfico e diagramação:** Rossana Henriques (rossana.henriques@gmail.com). **Ilustração:** Aliedo. **Revisão:** Bruna Gama. **Fotolito e Impressão:** Edigráfica. **Tiragem:** 15.000 exemplares. **Periodicidade:** Mensal. **Correio eletrônico:** imprensa@corecon-rj.org.br

As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

CORECON - CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA/RJ

Av. Rio Branco, 109 – 19º andar – Rio de Janeiro – RJ – Centro – Cep 20040-906
Telefax: (21) 2103-0178 – Fax: (21) 2103-0106
Correio eletrônico: corecon-rj@corecon-rj.org.br
Internet: <http://www.corecon-rj.org.br>

Presidente: José Antonio Lutterbach Soares. **Vice-presidente:** João Manoel Gonçalves Barbo-

sa. **Conselheiros Efetivos:** 1º TERÇO: (2017-2019) Arthur Camara Cardozo, João Manoel Gonçalves Barbosa, Regina Lúcia Gadioli dos Santos - 2º TERÇO: (2018-2020) Antônio dos Santos Magalhães, Flávia Vinhaes Santos, Jorge de Oliveira Camargo - 3º TERÇO: (2016-2018) Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, Sidney Pascounto Rocha, José Antônio Lutterbach Soares. **Conselheiros Suplentes:** 1º TERÇO: (2017-2019) Andréa Bastos da Silva Guimarães, Gisele Mello Senra Rodrigues, Marcelo Pereira Fernandes - 2º TERÇO: (2018-2020) André Luiz Rodrigues Osório, Gilberto Caputo Santos, Miguel Antônio Pinho Bruno - 3º TERÇO: (2016-2018) Arthur Cesar Vasconcelos Koblitz, José Ricardo de Moraes Lopes, Sergio Carvalho Cunha da Motta.

SINDECON - SINDICATO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RJ

Av. Treze de Maio, 23 – salas 1607 a 1609 – Rio de Janeiro – RJ – Cep 20031-000. Tel.: (21) 2262-2535 Telefax: (21)2533-7891 e 2533-2192. Correio eletrônico: sindecon@sindecon.org.br

Mandato – 2017/2020

Coordenação de Assuntos Institucionais: Antonio Melki Júnior, Cesar Homero Fernandes Lopes, Sidney Pascounto da Rocha (Coordenador Geral) e Wellington Leonardo da Silva.

Coordenação de Relações Sindicais: Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, Gilberto Caputo Santos, João Manoel Gonçalves Barbosa, José Ricardo de Moraes Lopes.

Coordenação de Divulgação Administração e Finanças: André Luiz Silva de Souza, Gilberto Alcântara da Cruz, José Antonio Lutterbach Soares e Guilherme Tinoco Oliveira dos Anjos.

Conselho Fiscal: Jorge de Oliveira Camargo, Luciano Amaral Pereira e Regina Lúcia Gadioli dos Santos.

Acima de tudo e de todos, a tirania do mercado

Plínio de Arruda Sampaio Jr*

Com a chegada de Bolsonaro ao Planalto, as exigências dos grandes negócios foram definitivamente colocadas acima de tudo e de todos. Renegando todas as suas veleidades nacionalistas, na hora da verdade, o capitão reformado esqueceu tudo o que havia dito e abraçou com entusiasmo a agenda ultraliberal. Sob o comando do mercado, o presidente eleito tomou para si a missão de levar ao paroxismo o processo de liberalização e privatização iniciado por Collor de Mello, consolidado por Fernando Henrique Cardoso, legitimado por Lula e aprofundado pelo ajuste ortodoxo iniciado por Dilma Rousseff e radicalizado por Temer.

Assim como Temer foi a metástase de Dilma, Bolsonaro é a metástase de Temer. A diferença qualitativa entre os dois primeiros está na negação aberta da soberania popular como referência da política de Estado. A diferença entre os dois últimos reside no apelo explícito à violência política como meio de vencer qualquer obstáculo aos imperativos do mercado.

Para fazer o trabalho sujo de liquidar o que ainda sobra de público e nacional na economia brasileira, Bolsonaro convocou dois “Chicago Boys” para os postos-chave da política econômica. Paulo Guedes, famigerado especulador do mercado financeiro, foi colocado no Ministério da Fazenda e Joaquim Levy, fiel escudeiro de banqueiro, com passagem desastrosa pelo governo Dilma, indicado para o BNDES. Para o Mi-

nistério da Agricultura chamou uma expoente do agronegócio selvagem, Tereza Cristina, apelidada pelos próprios pares da bancada ruralista de “musa do veneno” em homenagem aos serviços prestados à liberalização de agrotóxicos.

Sujeita incondicionalmente aos interesses do capital internacional, da aristocracia financeira e do agronegócio, a política econômica será organizada para maximizar a extração de mais-valia, viabilizar a crescente transferência de recursos reais ao exterior e gerar megasuperávits fiscais para os credores da dívida pública. O projeto estratégico é abandonar de uma vez por todas o que ainda resta da industrialização ancorada no mercado interno, assumindo sem pruridos a “vocação” agrícola do país.

É grande a possibilidade de que a ilusão dos brasileiros com o governo Bolsonaro seja breve. A decisão de radicalizar o ajuste fiscal, mercantilizar a previdência social, entregar o Pré-Sal às grandes corporações internacionais e privatizar empresas estatais atende aos interesses dos capitais rentistas e especulativos, nacionais e internacionais, mas em nada contribui para recuperar a economia e melhorar a vida dos brasileiros.

Se a promessa de zerar o déficit primário em 2019 for, de fato, cumprida, a economia viverá um novo mergulho recessivo. Se a diplomacia beligerante esboçada pelo novo presidente – que já provocou a retirada de quase oito mil médicos cubanos do programa Mais Médicos – for levada adiante, a contração do nível de atividade será ain-

da mais severa, pois as vendas para China, Mercosul e Oriente Médio – regiões alvo de suas declarações hostis – representam cerca de 40% da pauta de exportação do Brasil.

Com o desmonte do sistema econômico nacional e a desarticulação dos centros internos de decisão, a superação da crise depende, fundamentalmente, da recuperação do comércio internacional, fenômeno que não está inscrito no horizonte imediato da economia mundial. No entanto, mesmo que a economia volte a crescer, acomodando temporariamente as terríveis contradições de uma sociedade que há quatro anos amarga a pior recessão de sua história, não se deve esperar um ciclo expansivo vigoroso. Posto em perspectiva de longa duração, o desempenho do padrão de acumulação liberal nas economias periféricas tem sido medíocre. Desde 1990, quando Collor iniciou o processo de liberalização, a renda *per capita* dos brasileiros permanece praticamente estagnada (aumentando apenas 1,4% ao ano).

Ao dobrar a dose do ajuste neoliberal, a política econômica do governo Bolsonaro deve acelerar e aprofundar o processo de reversão neocolonial, cuja essência reside basicamente em: a) adaptar o Brasil à posição de produtor de bens primários na divisão internacional do trabalho; b) ampliar a abertura do espaço econômico nacional às operações de pilhagem e especulação do grande capital, nacional e internacional; c) adequar o nível tradicional de vida dos trabalhadores às condições mais rebaixadas de uma economia primá-



rio-exportadora; e d) dismantlar o que ainda resta do arremedo de Estado de bem-estar social estabelecido na Constituição de 1988.

Na contramão do que poderiam sugerir as cores verde e amarela que embalam a estética chauvinista, a utopia que orienta a política econômica é transformar o Brasil numa megafeitoria. A pseudoalternativa antissistêmica de Bolsonaro revitaliza o que há de mais arcaico na história do Brasil – o reino dos negócios como princípio organizador da vida social e o despotismo sem limites da plutocracia como forma de dominação e subordinação dos trabalhadores. O anacronismo como modernidade nos remete à revitalização das taras de nosso tenebroso passado colonial. Esta é a forma que assume o domínio do capital financeiro nas regiões periféricas na era do capitalismo em crise estrutural.

* É professor aposentado do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas - IE/Unicamp

B17, ano 1: mais estagnação e desemprego

Victor Leonardo de Araujo*

Os desafios que o governo de Jair Bolsonaro enfrentará a partir do dia primeiro de janeiro de 2019 são de duas naturezas. A primeira delas é de curto prazo, e envolve a geração imediata de empregos formais para devolver a dignidade e os sonhos de parte dos cerca de 13 milhões de desempregados e dos quase 5 milhões de desalentados. Nunca é demais lembrar que até dezembro de 2014 a taxa média de desemprego era de 6,5%, e a indústria de transformação operava com 82% de utilização da capacidade instalada em novembro do mesmo ano. Foi o anúncio do ajuste fiscal de janeiro de 2015, operacionalizado principalmente por meio da suspensão de obras públicas, combinado com um tarifaço e com uma crise cambial, e apimentado por uma prolongada crise política, que deteriorou as expectativas empresariais e mergulhou a economia brasileira em uma grave e igualmente longa recessão. Em setembro de 2018, quase quatro anos depois, a taxa de desemprego é de 11,9% e a indústria opera com 78,7% da capacidade instalada.¹ Neste sentido, uma estratégia emergencial de geração de empregos não pode negligenciar o papel que o ajuste fiscal em curso desde 2015 e a longa crise política têm trazido sobre o nível da atividade econômica e sobre o mercado de trabalho.

Há ainda a segunda natureza de desafios a ser enfrentada pelo novo governo, de caráter estrutural. O ciclo expansivo ocorrido durante o governo Lula da Silva e esgotado durante o governo Dilma

Rousseff não foi capaz de corrigir, mas agravou, o desbalanceamento da estrutura produtiva nacional, expresso na forma da baixa participação da indústria de transformação no valor adicionado, na primarização da pauta exportadora, e da estagnação, em baixos níveis, da produtividade média da economia brasileira. Os governos Lula e Dilma tentaram enfrentar esta questão estrutural por meio de uma política industrial que tentou articular de formas diversas a indústria nacional – exigência de conteúdo nacional na cadeia de óleo e gás, política de “campeões nacionais”, desonerações fiscais. Esta tentativa foi malsucedida em alguns aspectos, e em outros, foi interrompida. A discussão de seus motivos não cabe neste artigo, mas o desbalanceamento da estrutura produtiva brasileira permanece entre os grandes desafios a serem enfrentados.

Das informações oficiais divulgadas pela equipe de transição já se pode antever que o novo governo não parece encarar a retomada dos empregos como algo emergencial, ao menos no sentido que consideramos acima. Seu foco está nas questões ditas estruturais, mas também não no sentido em que consideramos fundamental, como a correção dos desbalanceamentos da estrutura produtiva. O diagnóstico bolsonariano considera o excesso de Estado como a principal causa dos problemas econômicos nacionais, em particular expresso na forma de um déficit primário do setor público. A agenda bolsonariana consiste na redução e redefinição do papel do Estado, com privatizações, reformas previdenciária e tributária – um ajuste fiscal dito es-

trutural, preservando a emenda constitucional 95 (a que reajusta as despesas primárias do governo central segundo a inflação).

Embora a profundidade das declarações de Bolsonaro caiba num pires, duas frases de efeito permitem perceber um diagnóstico equivocado para o desemprego elevado. A primeira, segundo a qual “o trabalhador precisa escolher entre mais direitos ou emprego”, ignora que o saldo líquido de 14 milhões de empregos gerados entre 2003 e 2014 e a queda da taxa de desemprego para 6,5% no final do primeiro governo Dilma ocorreu com a preservação dos direitos trabalhistas, e nos marcos de uma política de valorização do salário mínimo real. Os empregos perdidos a partir de 2015 não foram precedidos de uma nova legislação trabalhista que incorporou mais direitos aos trabalhadores. Com efeito, a reforma trabalhista do governo Michel Temer e a nova reforma trabalhista que Bolsonaro pretende fazer – também não detalhada, mas seu programa de governo registrado no TSE sugere uma carteira de trabalho “verde e amarela” com ainda menos direitos – reduzirá o custo da força de trabalho e preservará ou mesmo elevará a taxa de lucro dos empresários, mas não se materializará em novos empregos sem estímulos à demanda agregada.

Em outra frase de efeito, Bolsonaro promete “tirar o Estado do cangote dos empresários”, novamente culpabilizando o Estado, agora não só pelo desemprego, mas também pelo estado de estagnação econômica. Privatizações, reforma da previdência, redução das tarifas de importação são medidas já anunciadas pela equipe de transição.



De posse apenas das grandes diretrizes e sem o detalhamento do programa econômico bolsonariano, que desempenho econômico se pode esperar do governo Bolsonaro?

Sob a projeção de um cenário internacional de estagnação do comércio em razão da guerra comercial entre China e Estados Unidos, e distante de um novo ciclo expansivo de *commodities*, não se pode projetar uma expansão da demanda externa capaz de alavancar um novo ciclo de crescimento para a economia brasileira. Aliás, se a política externa do novo governo for errática como têm sido as declarações do presidente eleito e de seu ministro das Relações Exteriores, o comércio exterior brasileiro se restringirá, em vez de se diversificar, o que limitará ainda mais o papel da demanda externa no desempenho macroeconômico.

Por outro lado, a agenda de ajuste fiscal também não permite projetar maiores possibilidades de retomada econômica. A economia brasileira irá para seu quin-

to ano consecutivo de ajuste fiscal, com o gasto público estagnado, investimentos públicos paralisados, e redução dos gastos com custeio, comprometendo a qualidade dos serviços públicos. Sem a retomada das obras paralisadas, o investimento público seguirá estagnado. Sem o impulso do gasto público, com a demanda externa fraca e com o consumo das famílias desaquecido em razão das taxas de desemprego ainda elevadas, o investimento privado se restringirá à modernização do parque produtivo das empresas em setores que poderão se beneficiar de um novo ciclo de apreciação cambial, mas insuficiente para sustentar uma retomada econômica.

O modelo econômico de Bolsonaro parece afiançar a capacidade de retomada da expansão econômica numa agenda de reformas neoliberais, já experimentada em outros governos e também fracassada. Assim ocorreu no governo Fernando Henrique Cardoso, que sob a agenda da abertura econômica e das privatizações entregou taxas de crescimento do PIB em torno de 2% ao ano e taxas de desemprego de dois dígitos. A abertura comercial desarticulou a cadeia industrial nacional e elevou o desemprego, e constitui a origem do problema estrutural que apontamos no início deste artigo. Paulo Guedes pretende ampliar o grau de abertura comercial, com mais redução de tarifas de importação na indústria de transformação. As privatizações de FHC, por outro lado, expandiram o investimento nos setores nos quais o marco regulatório exigiu metas de ampliação do serviço, como nas telecomunicações e na distribuição de energia, mas a capacidade de geração de empregos foi limitada pelo caráter capital-intensivo dos setores. Em outros setores, como na siderurgia, houve perda lí-

quida de empregos. O programa de Bolsonaro dá centralidade às privatizações, que até aqui têm sido apresentadas mais com uma lógica fiscalista do que como parte integrante de um modelo de desenvolvimento. Ainda que fosse, pouco se poderia apostar no seu êxito. Isto porque a lógica da nova rodada de reformas neoliberais é a suposição de que a redução da ação estatal – por meio da reforma da previdência e das privatizações – será mais

que compensada com a ação privada, impulsionada pela redução da taxa de juros e pela confiança. Ocorre que a taxa básica de juros já está em patamares historicamente baixos, e a economia segue desaquecida. Empresários não aguardam o superávit primário do setor público para investir, mas sim a formação de expectativas de expansão sustentada de suas vendas. Mas a política macroeconômica de Bolsonaro parece ir na direção oposta.

Preparemo-nos para mais um ano de estagnação econômica e desemprego elevado.

* É professor da Faculdade de Economia da UFF. E-mail: victor_araujo@terra.com.br

1 Os dados de capacidade instalada na indústria de transformação são da Confederação Nacional da Indústria, e os dados de desemprego são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.



Fliedo

Há racionalidade no caos?



Rubens Sawaya*

Entre idas e vindas, feitos e desfeitos, há mais dúvidas do que pistas de quais serão as ações e os cenários futuros do presidente eleito. Sem passado ativo, fez uma campanha sem economistas importantes ou com ideias conhecidas. Paulo Guedes não é um economista presente no debate nos últimos anos. Com parca produção acadêmica, pouco se sabe o que ele realmente pensa. Seu passado de “Chicago Boy” dá pistas, mas tão descoladas da realidade concreta que deixa a todos confusos. Será que o próprio presidente eleito sabe o que fará? Sabe qual será a linha teórica? Fez uma campanha confusa que mais desinformava o eleitor do que apontava o que faria; tratou de assuntos polêmicos de forma radical para despistar e desviar do debate real concreto, dizem alguns, e não esclarecer nada.

Prever passa por tentar encontrar os elementos que forneçam coerência a determinado fenômeno, que lhe deem sentido. No caso do novo governo eleito, trata-se de algo difícil. O golpe de 2016 tinha coerência e objetivo (reformas draconianas de Temer), mas o fenômeno Bolsonaro parece ter atravessado o caminho roubando-lhe a coerência. Com a entrada de Paulo Guedes na história, a coisa parecia ter tomado algum sentido. Teria sido aceito pelos grupos hegemônicos (bancos nacionais, capital transnacional, *agribusiness*), frações de classe que controlam o poder econômico no Brasil? Pelo sobe e desce da bolsa de valores, seu viés privatista radical parecia ter conquistado o coração dos bancos nacionais e do grande capital transnacional, ávidos do potencial de ne-

gócios que a venda de ativos fundamentais ao país gera pelo controle sobre a energia nacional e as cadeias de valor que alimentam as atividades das empresas transnacionais ligadas ao petróleo e à engenharia pesada (depois de desmanteladas as grandes construtoras nacionais).

O apoio e a presença militar no governo deixaram esses grupos hegemônicos confusos. O caos na montagem do governo mostra o quanto parecem perdidos. Tornou-se difícil saber quem de fato comandará o país. Essas frações de classe (ou grandes grupos econômicos) – que tradicionalmente compõem indiretamente o poder e pagam os políticos de espírito público frouxo – estão preocupadas. Normalmente essas frações de classe ocupam – com seus economistas travestidos de técnicos – os aparelhos burocráticos de Estado, onde fazem valer seus objetivos. As medidas de política econômica e as reformas que propõem materializam esses interesses e mostram claramente qual seu objetivo dentro das estruturas do Estado. Neste momento, na construção desse “novo” governo, tudo parece confuso. Em algumas ocasiões, determinados interesses parecem sobressair, mas, diante das contradições expostas pelo vai e vem decisório, cria-se mais confusão.

As grandes corporações transnacionais querem a privatização do que resta de estatais, principalmente a Petrobras, pelo potencial econômico que possui. Defendem também uma maior abertura comercial e financeira para compor sua estrutura produtiva como bem quiserem em relação com suas próprias cadeias globais de valor já estabelecidas no mundo. Por isso,

em princípio, apoiam Paulo Guedes. Mas, com a ascensão dos militares ao poder, se questionam se será tudo mesmo privatizado.

Parece que o grupo econômico mais bem contemplado é o sistema financeiro nacional. Além dos ganhos com os negócios que envolvem a privatização de tudo, seu desejo precípua é, de um lado, a reforma da previdência, que lhes colocaria uma montanha de dinheiro sob sua administração como moeda especulativa. De outro, pleiteiam o controle de alguma secretaria na pasta de Guedes que já seria de Mansueto e, como sempre, há mais de 20 anos, querem o controle do Banco Central. Isso lhes garantiria o mando sobre as variáveis-chave aos seus negócios (câmbio e juros). Mas, e quando Paulo Guedes anuncia a intenção de vender o Banco do Brasil? Para além do susto que deu no agronegócio brasileiro (nos empresários lúcidos), será que o sistema bancário nacional privado toparia abrir mão do controle que tem sobre o sistema financeiro nacional? Talvez já tenham dissuadido Guedes.

E a entrega do BNDES a Joaquim Levy (mãos de tesoura)? Qual seria o objetivo? Com seu neoliberalismo (que, diferente do de Guedes, é inconsciente) de Chicago, acabaria com o Finame, deixando o que resta da indústria nacional e mesmo o agronegócio sem financiamento? Talvez tenha sido lá colocado para tocar um novo programa de privatização, retomando o papel político do Banco dos anos 1990 em substituição ao seu tradicional papel no desenvolvimento da indústria nacional, também um papel político. O fato é que desenvolvimento econômico

e crédito de longo prazo nunca foram sua área de conhecimento. De qualquer forma, a privatização é um dos eixos do interesse do sistema financeiro e capital estrangeiro.

É importante destacar que, apesar de alardeado pelos economistas do sistema financeiro, nada disso tem relação com a dívida pública. Mesmo a política de “Teto da Dívida” já aprovada tem relação com a dívida, mas com a disputa sobre o fundo público: desejam que seja garantido o superávit primário que dê liquidez e confiança necessárias à dívida pública para que continue como base da moeda especulativa. Assim o estoque de dívida pública pode continuar funcionando como um colchão de liquidez (é praticamente moeda) para o sistema financeiro nacional, o que permite alavancar seus ganhos especulativos com todos os tipos de ativos financeiros, para além do que ganham com juros pagos sobre ela (hoje abaixo do que gostariam) pelo Estado (pela sociedade). Seu tamanho não é problema. Da mesma forma, para nossos bancos privados, a taxa de juros baixa sempre foi um problema ao obrigá-los a ganhar dinheiro com operações arriscadas de crédito, campo de ação que dominam pouco.

Tendo o Banco Central e a dívida pública sob controle privado (de preferência com a independência do Banco Central), nosso sistema financeiro espera ganhar no curto prazo com as privatizações e a reforma da previdência. Quanto ao longo prazo, acreditam em seus gurus economistas neoclássicos (novo-clássicos) que lhes vendem a ilusão de que essas “reformas” contribuirão para recuperar a “credibilidade” fundada nas “expectativas racionais”. Assim os empresários, como “indivíduos dispersos” em suas atividades, por mágica, voltariam a investir e a criar empregos.

Vale lembrar que apostam nessa crença desde 2015. Na verdade, o que importa são os ganhos no curto prazo com as “reformas”. Nem desconfiam que depois de tudo privatizado, com a destruição da estrutura produtiva interna, industrial, crescerá a desconexão do Brasil com as cadeias de valor globais. Já está ocorrendo com a cadeia de petróleo e, antes, com a cadeia automobilística por estar sob comando do capital transnacional. Mal sabem eles que em uma economia baseada na exportação de commodities de baixo valor agregado pouco espaço lhes restará para ganhar dinheiro. Será que imaginam que conseguirão concorrer com os bancos que atuam no mundo como agentes financeiros dessas corporações? Acreditam mesmo que manterão seu oligopólio no mercado nacional sustentado pelo controle sobre a dívida pública?

Mantidas essas tendências, ao que parece, no longo prazo todos estaremos mortos. Os ricos com dinheiro no banco em seus carros blindados para se protegerem dos pobres cada vez mais pobres. A classe média empobrecida estará satisfeita porque expulsaram os pobres dos aeroportos? Mas estas são apenas conjecturas que tentam achar racionalidade na loucura. É a avaliação possível neste momento. Se o neoliberalismo radical ganhar espaço, não haverá a recuperação econômica esperada pelos desempregados. Só então se saberá o resultado dessa aventura.

De resto, temos agora a “massa” de Hannah Arendt que se move pelas ruas assombrando a todos pelo medo, criada nas manifestações de 2013. Uma massa de pessoas “que não se unem pela consciência de um interesse comum (...) pessoas que, simplesmente por seu núme-

ro, ou à sua indiferença, (...) não se podem integrar numa organização baseada no interesse comum, (...) uma massa de pessoas aparentemente indiferentes (...) apáticas ou estúpidas. A maioria dos seus membros (...) consistia em elementos que nunca antes haviam participado da política. Isso permitiu a introdução de métodos inteiramente novos de propaganda política e a indiferença aos argumentos da oposição. (...) Assim, sem a necessidade e a capacidade de refutar argumentos contrários, preferiram métodos (...) que traziam terror ao invés da convicção” (Arendt, H. *Origens do Totalitarismo*, p.361-2, [1950] 2004, Companhia das Letras).

* É professor e coordenador da pós-graduação em Economia Política do Departamento de Economia - PUCSP.



Perspectivas para a economia brasileira

Luiz Fernando de Paula*

Segundo o Focus de 16/11/2018, a previsão de crescimento do PIB real do Brasil é de 1,36% em 2018 e 2,50% em 2019; já a previsão recente do OCDE é de um crescimento menor, de 2,1% em 2019. A taxa de desocupação se mantém bastante elevada, oscilando entre 12 a 13% desde o início de 2017 contra 6,5% em dezembro de 2014. A utilização da capacidade da indústria se situa em 75,1% no 3º trimestre de 2018 contra 81,5% no 4º trimestre de 2014; a formação bruta de capital fixo, após forte declínio desde 2014, se mantém estagnada desde o início de 2016. Neste contexto, o que se pode esperar da política econômica do governo Bolsonaro?

A política econômica do novo governo será uma continuação da política liberal do governo Temer, que acabou ficando manca devido ao seu enfraquecimento político. Entre as medidas já anunciadas incluem-se: reforma da previdência, manutenção do teto dos gastos, congelamento dos salários dos funcionários públicos, desvinculação da receita da despesa orçamentária, privatização de empresas estatais, revisão da política de reajuste de salário mínimo, redução do papel do BNDES, etc. A expectativa do novo governo é que a recuperação econômica ocorra tanto pela contribuição do investimento externo quanto do

investimento doméstico, favorecidos pelo choque de confiança gerado tanto pelas reformas quanto pelo compromisso de ajuste fiscal. Será factível?

Não se deve esperar nenhuma grande contribuição dos diferentes componentes da demanda agregada. O consumo das famílias está se recuperando lentamente em função da redução na taxa real de juros e consequente redução no peso do serviço da dívida sobre a renda das famílias. Contudo, o endividamento das famílias em relação aos rendimentos dos últimos 12 meses, tendo reduzido de 46% em agosto de 2015 para 42% em dezembro de 2016, tem se mantido neste patamar desde então, como resultado do fraco crescimento nos rendimentos de trabalho. Assim, espera-se que a contribuição do consumo para o crescimento das famílias seja gradual e lenta.

Quanto ao gasto do governo, as expectativas são mais nebulosas, já que o novo governo se prontificou a zerar o déficit das contas públicas sem aumento de impostos, a princípio, já em 2019 – uma “missão impossível”. Por um lado, o retorno da CPMF, já aventada, parece pouco provável; de outro, a mudança nas alíquotas do imposto de renda para uma alíquota máxima de 20% possivelmente terá um efeito de redução nas receitas. Vale notar que a reforma previdenciária,

uma vez aprovada, tem efeito gradual sobre as despesas do governo e as privatizações deverão ser feitas, mas de forma limitada, dada a resistência do segmento militar do governo. A previsão do Focus é de um déficit de 1,9% do PIB em 2018, de 1,50% em 2019 e 0,75% em 2020. Assim, o efeito da política fiscal sobre a variável gasto do governo será contracionista em 2019 e 2020, com o investimento público devendo chegar a níveis baixos recordes.

Com relação à contribuição do saldo comercial, o quadro é igualmente confuso e possivelmente pouco promissor, num quadro de guerra comercial entre EUA e China, o que está levando a uma desaceleração no volume do comércio mundial em 2018 e 2019. Os saldos comerciais do país têm sido, em geral, positivos desde 2016, estando em média em US\$ 2,2 bilhões em 2017/2018, mas não robustos o suficiente para se tornar um dos motores do crescimento. Este quadro poderá ser agravado se o novo governo fizer uma redução abrupta nas tarifas de importação de bens.

Por último, os gastos de investimento, que segundo Keynes é a *causa causans* do crescimento. A taxa de investimento, em função de um conjunto de fatores externos e internos, despençou em 2014/2018, se mantendo mais ou menos estável desde o início de 2017. Investimento



é uma variável tanto *backward looking* quanto *forward looking*. Como visto, não se deve esperar um crescimento maior pelo lado dos outros componentes de gastos; por outro lado, as expectativas de longo prazo dependem de um conjunto mais amplo de fatores que somente um suposto choque de credibilidade gerado por um compromisso com reformas econômicas. Tampouco deve-se esperar contribuições expressivas do investimento externo, como mostra a experiência argentina recente.

Em conclusão, embora seja cedo para fazer prognósticos sobre a economia brasileira, o mais provável é termos um crescimento anêmico nos próximos anos. Algum crescimento virá, apesar das políticas do novo governo. A preocupação maior é se a adoção de políticas ortodoxas-liberais em contexto de ociosidade e de um cenário internacional nebuloso não poderá abortar um crescimento econômico que poderia ser mais virtuoso. O sinal amarelo está aceso.

* É professor titular da FCE/Uerj.

Por onde vai Bolsonaro?

Roberto Requião*

A sociedade brasileira saiu das últimas eleições tão confusa quanto entrou. A campanha foi pobre em termos políticos. A polarização se deu, em muitos casos, em termos de comportamento individual, e não de propostas fundamentais. Nesse aspecto, não houve grandes diferenças entre os candidatos. O tema da corrupção sequestrou o debate. É curioso, mas a poucos ocorreu que corrupção é um tema da polícia e da Justiça, não de Presidência da República. O presidente da República é aquele que traça os grandes rumos do país, a grande estratégia, e não alguém que sai por aí a caçar corruptos. Ele tem mais a fazer.

Na minha interpretação, o resultado da eleição refletiu uma profunda decepção da sociedade com a elite política. Não apenas com o PT, que coletivamente levou a peca de partido corrupto, de forma a meu ver injustificada, mas contaminando a todo o sistema partidário. E a razão disso é óbvia: a situação objetiva da maioria do povo está péssima. E o motivo esteve e está diante de nossos olhos: um nível de desemprego e subemprego sem precedentes, da ordem de quase um terço da população economicamente ativa. Isto, sim, não Jair Bolsonaro individualmente, representa o grande risco do nazismo. As pessoas pensam: se está tão ruim na democracia, porque não experimentar outros sistemas?

Para os intelectuais, os cultos, as classes dominantes, as elites dirigentes, a democracia é um bem absoluto. Para os pobres e os muito pobres o valor absoluto

é a comida para si e para a família, garantida por um emprego regular. Os candidatos, todos eles, não souberam captar essa mensagem de grande parte da população. Como não captaram a segunda maior preocupação dos pobres, a segurança pública. Isso foi colocado por um dos candidatos de forma absolutamente emocional, prometendo enfrentar bala com mais bala. Diante desse discurso superficial e patético, os demais candidatos ficaram intimidados. Não surgiu, em todo o debate presidencial, a indicação de uma estratégia para enfrenar a questão da segurança politicamente.

Isso não é surpresa. Não há política de segurança por cima de uma realidade miserável atingindo quase um terço da população. As classes médias e as elites cultas têm a ilusão de que, com mais polícia e mais equipamentos de segurança, assim como com inteligência, o mantra mais recente e menos compreendido pelo povo, vai-se resolver o problema da segurança e assegurar a tranquilidade das metrópoles onde moram os ricos. Sim, é uma ilusão. As realidades de pobres e ricos se interpenetram nas cidades, pelo menos enquanto não se constroem muros que os separem fisicamente. Aí, sim, será quando a democracia não subsistirá no mundo real da nossa vida comunitária dividida.

O mais surpreendente nessa eleição não foi o resultado. O mais surpreendente foi a campanha. Ela ignorou a maior crise econômica e social de nossa história, conduzida de forma deliberada pelo neoliberalismo tosco de Michel Temer. Os críticos do PT,

em suas avaliações da situação brasileira, saltaram o período Temer e foram diretamente para o período de Lula, não reconhecido pelas políticas sociais, mas identificado sobretudo pela corrupção. Já os defensores da candidatura do PT insistiram nos ganhos sociais de Lula, omitindo a política de Michel Temer, responsável direto pelo afundamento do Brasil em desemprego, e absolutamente indiferente a uma política de pleno emprego. Note-se que, nos últimos anos, a queda acumulada do PIB atingiu 8%, algo inédito em nossa história.

Eleição é sempre um campo de decisão emocional, e não da razão. Em termos rigorosamente racionais, defendi Dilma Rousseff contra o impeachment, por concluir que não havia motivo racional para isso. Usando a razão, combati até o fim o governo Temer, com suas políticas antipovo e antinacionais. Apesar de ter milhões de seguidores de todo o país, isso não foi suficiente para que eu ganhasse a minha reeleição no Paraná. Certamente que houve manipulações midiáticas contra mim, mas o motivo central, como aconteceu com outros candidatos progressistas, é que fui confundido com uma elite política que está indiferente ao interesse público.

Agora é olhar para a frente. Creio que temos que seguir em duas vertentes, uma de organização da sociedade civil e outra de reorganização do sistema partidário. Na vertente de organização da sociedade civil, que é a matriz última do poder social, é preciso que sejam organizados movimentos políticos, defendendo ações e políticas

Waldemir Barreto/Agência Senado



de caráter objetivo, porém em todos os níveis, desde o universitário ao que se convencionou chamar de povão. Esses movimentos devem ser articulados com uma visão estratégica que defina claramente os objetivos e as formas operacionais. Felicito o fato de que já tem gente cuidando disso.

A vertente política é bem mais complexa. Não acredito em propostas de articulação partidária de cima para baixo. Isso já se fez muito no Brasil, com resultados pífios e insuficientes. É claro que precisamos de lideranças para articulação do novo. Mas é necessário, sobretudo, que essas lideranças se coleem diretamente no interesse público. O ideal é uma convergência, a seu tempo, da vertente de articulação da sociedade civil com a vertente de rearticulação partidária. Em qualquer hipótese, deve-se estar presente sempre que uma democracia representativa, por sua natureza mesmo, não pode prescindir de estrutura partidária forte e baseada nos interesses reais do povo.

Precisamos de uma reforma política que reordene as estruturas do Estado. Entretanto, não creio que devemos nos antecipar, nesse caso, à reforma política mais ampla, capaz de fortalecer a democracia mas também de nos prevenir de assaltos oportunistas e demagógicos à democracia. Tais temas não podem ser exclusivos da comunidade política. Devem ser debatidos também, numa visão propositiva, nos níveis mais profundos da sociedade civil – isto é, vinculados ao povo através de lideranças autênticas, não manipuladas pela mídia. Dessa forma se construirá uma democracia atuali-

zada, e não o simulacro de democracia que temos, onde os próprios representantes do povo, mediante emendas oportunistas e manipuladas, simplesmente retalharam e desfiguraram a Constituição que chamamos de cidadã.

Não estou pessimista. Com visão realista enxergo oportunidades a frente resultantes das próprias contradições de um governo que nasce sem estratégia, sem planejamento, sem equipe coerente – em uma palavra, sem rumo claro. De uma forma um tanto caricata, dou-lhes um único exemplo do que serão as múltiplas contradições

do governo: Jair Bolsonaro vai levar generais de exército reformados para seu governo. Se não são bonecos de presépio, estarão cheios de planos para gastar. Ora, Bolsonaro herdará de Temer a Emenda 95, que congela os orçamentos públicos. Alguém acredita que generais de quatro estrelas se conformarão com o orçamento congelado devido à sombra de Temer e às graças do superministro Paulo Guedes?

Eles que se virem. Não aprovaram todas as medidas de Temer com vistas a aprofundar o neoliberalismo no Brasil? Não aprovaram os cortes sucessivos de gastos pú-

blicos? Não pretendem aproveitar em sua equipe e nas suas propostas o que entendem como o grande legado do governo Temer? Nós nos colocaremos naquela posição recomendada por Cristo aos apóstolos, vigiai e orai. Os auxiliares de Bolsonaro não terão a graça de um governo interino organizado por puro oportunismo como Temer. Terão que visar quatro anos, o suficiente para a consagração ou para a desonra.

Se no meio das banalidades, inconseqüências e contradições que vêm por aí aparecer, por acaso, uma ou outra medida em favor do povo, temos o dever cívico de avaliar e considerá-la caso a caso. É que, em si mesmo, Bolsonaro não é uma ameaça de nazismo. Hitler não foi uma ameaça séria de nazismo enquanto a economia alemã não afundou de vez, e o desemprego não dobrou em três anos a partir de 1930. Mas Hitler tinha um plano. Bolsonaro não tem. A crise brasileira abriu as portas para ele, mas ele não se preparou para a ditadura. Sequer tem equipe para isso. Na medida de seu fracasso, o campo estará aberto para alguém ainda pior e mais radical do que ele, talvez um militar golpista de alta patente, que recorra ao padrão infinito de intervenções salvacionistas na América Latina para insistir em ações fracassadas.

* É senador.



O JE continua a publicação de resumos dos textos vencedores do 28º Prêmio de Monografia Economista Celso Furtado. O trabalho de conclusão de curso de Lucas de Carvalho Martins, graduado pela UFRRJ-Seropédica, dividiu a primeira colocação com outros dois concorrentes.

O papel da estrutura produtiva e ocupacional na diferença salarial de homens e mulheres: uma análise para a região Sudeste do Brasil

Lucas de Carvalho Martins*

No Brasil, o estudo da determinação de diferentes salários na economia tem se destacado na literatura acadêmica nos últimos 20 anos, especialmente pela relevância dada ao papel das escolhas, dotações e produtividades individuais sobre a renda pessoal. Essa forma de análise característica da interpretação neoclássica revela a influência desta teoria econômica também no campo da análise da distribuição da renda. O intuito da abordagem neoclássica sobre a determinação dos salários na economia, no entanto, não leva em consideração uma estrutura produtiva, heterogênea, onde cada ocupação, cada setor de atividade econômica faz com que existam diversas taxas de salário na economia. O que ocorre é que, para essa corrente, a distribuição da renda entre lucros e salários é dada simultaneamente no equilíbrio entre oferta e demanda agregadas.

A produção de bens e serviços numa economia gera uma renda correspondente apropriada pelos atores que deste processo participam diretamente ou não. A diferença na distribuição pessoal da renda na economia brasileira po-

de ser atribuída, em grande medida, aos rendimentos obtidos no processo de geração e alocação da renda, na forma de salários. Tendo em vista que o mercado de trabalho é heterogêneo, abrangendo, por um lado, inúmeros trabalhadores, cada qual com suas características de experiência, idade, nível de escolaridade e sexo; e, por outro lado, uma estrutura produtiva e ocupacional também heterogênea, o resultado disso confrontado é uma distribuição de salários que reflete essas características, refletindo em diferenças salariais percebidas pelos trabalhadores.

As diferentes características evidenciam a importância da análise da diferenciação de salários considerando a estrutura ocupacional no mercado de trabalho. Por exemplo, um técnico do setor econômico extrativo mineral pode ter uma remuneração maior que um professor com ensino superior? Da mesma forma, professores da classe de adjunto das universidades públicas brasileiras, com nível de doutor, podem receber, em alguns casos, remunerações menores que de seus alunos recém-formados?

Outro enfoque desta pesquisa é a desigualdade salarial entre homens e mulheres. O aumen-

to da participação da mulher no mercado de trabalho ocorrido a partir de 1970 foi causado principalmente pelo aumento da urbanização e a aceleração da industrialização, o que significou o aumento de emprego e um cenário favorável para uma maior inserção da mulher no mercado de trabalho. Essa participação feminina no mercado de trabalho apresentou-se cada vez mais intensa ao longo dos anos e mostrou-se resistente a crises econômicas. Alguns dos motivos cruciais que contribuíram para esse aumento da inserção da mulher no mercado de trabalho foram o acesso da mulher aos métodos anticoncepcionais e a consequente queda da taxa de fecundidade. Pelo lado cultural, os movimentos feministas da década de 70 tiveram bastante importância para reivindicar e assegurar o papel da mulher e reverter o padrão já enrustado na sociedade. No novo cenário batalhado pelas mulheres, a realização pessoal passa a englobar outras funções além da maternidade.

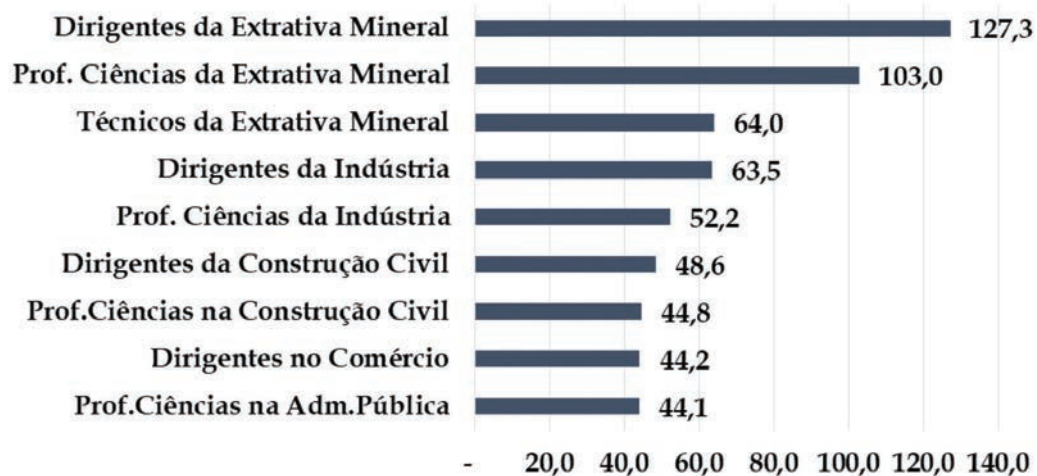
Diante destas questões, este trabalho analisa o diferencial salarial entre homens e mulheres no Sudeste pela ótica da estrutura ocupacional, buscando realizar uma compa-



ração entre as diferentes ocupações e diferentes setores econômicos com o objetivo de identificar se esse diferencial – e seus determinantes – é homogêneo entre elas. Para isso, vários modelos de regressão linear são estimados nos microdados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Ministério do Trabalho, para o ano de 2015, do Sudeste do Brasil.

Agrupando as variáveis ocupação e setor de atividade econômica, verifica-se no Gráfico 1 que a categoria com maior rendimento médio por hora é a dos dirigentes do setor extrativo mineral, que ganham, em média, 127 reais por hora, sendo seguidos pelos

Gráfico 1 – Renda média por hora (R\$) segundo a ocupação e o setor de atividade econômica – Sudeste - 2015



Fonte: MicrodadosRAIS Vínculo 2015. Elaboração própria

profissionais das ciências e das artes, com o segundo maior salário médio. Os técnicos do setor extrativo mineral recebem, em média, remuneração superior à dos dirigentes e profissionais das ciências das indústrias, que possuem ensino superior.

Ao analisar os dados da RAIS, percebeu-se uma diferença salarial entre homens e mulheres: os homens recebem cerca de 15% a mais que as mulheres, sendo essas ocupantes do mercado formal de trabalho em número inferior: elas representam 44% do total de trabalhadores ativos na Região Sudeste. Porém, o número de mulheres com ensino superior completo no Sudeste é 11% superior ao número de homens trabalhadores.

O modelo estimado para renda por hora mostra que existe uma interação estatisticamente significativa entre ocupação e setor de atividade. Por exemplo, o efeito diferencial de ser dirigente do setor extrativo mineral no Sudeste é de 68 reais para os homens e aproximadamente 46 reais para as

mulheres. Por outro lado, os dirigentes da indústria têm um efeito diferencial de 19 reais para os homens e apenas 7 reais para as mulheres, o que mostra que o efeito quando se leva em consideração o setor extrativo é bem maior do que comparado ao setor industrial. Também observa-se no modelo estimado que o efeito diferencial de ser um técnico do setor extrativo é, em média, 24,78 reais por hora, valores superiores ao efeito de ser um dirigente da indústria (17,27 reais por hora).

A análise das variáveis sugere que, *ceteris paribus*, o salário médio, por hora, dos homens com ensino superior é cerca de 31 reais por hora mais alto do que os trabalhadores com ensino fundamental incompleto. Já das mulheres é cerca de 20,19 reais por hora mais alto do que as trabalhadoras com ensino fundamental incompleto. Podemos perceber um diferencial no prêmio da educação de mais de 10 reais por hora, em média, entre homens e mulheres.

Ao analisar a ocupação, é no-

tório o poder da ocupação dirigente em aumentar a renda por hora do trabalhador. O homem na ocupação dirigente ganha cerca de 19 reais a mais do que os trabalhadores em outras ocupações. Já as mulheres possuem um prêmio alto pela ocupação dirigente, porém inferior se comparado a dos homens, ganhando cerca de 15,13 reais por hora a mais se comparadas às mulheres da ocupação base. Todas as ocupações premiam mais em renda por hora os homens do que as mulheres, seja dirigente, profissional das ciências e das artes e técnico.

Os trabalhadores situados nos diversos setores econômicos têm seus salários afetados positivamente se comparado ao setor base, que é o agrícola. Porém, alguns setores fazem aumentar de maneira robusta a renda média por hora, como o setor extrativo mineral: nele o homem ganha cerca de 17,27 reais a mais por hora se comparado ao setor base (agrícola). Já a mulher possui um aumento também significativo quando analisamos o

setor extrativo, todavia, menor que se comparado ao homem no mesmo setor: as mulheres ganham cerca de 10,79 reais a mais em comparação ao setor base.

A análise do modelo indica que o fato de o trabalhador ser homem faz com que ele tenha uma renda por hora superior em R\$ 5,48 em relação à categoria base, que são as mulheres. Tomando como um exemplo ilustrativo, vamos comparar com base nos resultados estimados as seguintes situações hipotéticas: um homem com ensino superior, com 40 anos de idade, dirigente do setor industrial, com mais de 10 anos de experiência dentro da empresa, situado no Estado do Rio de Janeiro e uma mulher com essas mesmas características. Os resultados são: o homem receberá aproximadamente R\$16.768 por mês e a mulher aproximadamente R\$9.900 por mês.

O retorno de todas as variáveis observadas no modelo é superior para os homens, seja no nível de escolaridade, na ocupação, no setor de atividade em que se encontra, na experiência de trabalho dentro do mesmo vínculo. Em todos os âmbitos analisados, as mulheres sofrem com a desigualdade salarial entre gêneros mesmo sendo mais escolarizadas que os homens, o que deixa bem explícito o abismo salarial ainda existente entre gêneros, quando se leva em consideração ocupações importantes, setores econômicos e experiência dentro da empresa.

Orientadora:
Luciana da Silva Ferreira

* É bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ-Seropédica.

Orçamento da Saúde na UTI

Apesar da violência e corrupção que historicamente assolam o Rio de Janeiro, a Saúde tem se confirmado como o maior problema para os cidadãos desde 2014, segundo pesquisa do Ibope¹. Ao longo de 2018, a crise aguda enfrentada pelos usuários do SUS foi constantemente denunciada nas páginas dos jornais. Atraso no pagamento de profissionais, ameaças de cortes na Estratégia de Saúde da Família, falta de materiais básicos nos hospitais municipais, cancelamento de cirurgias e impedimento de internações são alguns dos problemas que têm deixado a população que depende do sistema público de saúde em condições dramáticas². As acusações de interferência política de agentes ligados ao prefeito Marcelo Crivella na fila de exames especializados³ acentuaram a insatisfação da população com a administração municipal da Saúde, chegando a levar ao pedido de cassação do prefeito Marcelo Crivella pela Procuradoria Regional Eleitoral do Rio de Janeiro por uso indevido da máquina pública e abuso de poder político⁴. Nesse cenário, o FPO-RJ investigou o histórico da política orçamentária adotada pela Prefeitura na pasta da Saúde, bem como o plano de reorganização da Atenção Básica e os possíveis efeitos que isso acarretará na execução das metas de 2019.

Investindo na saúde pública

O fim do ciclo de megaeventos esportivos em 2016 provocou uma retração nas receitas municipais, interrompendo um longo período de aumento nos investimentos em Saúde, sobretudo

na Atenção Básica, com a expansão da Estratégia de Saúde da Família. O Gráfico 1 revela um pico dos investimentos em Saúde no ano eleitoral de 2016, decorrente da criação de 35 novas Clínicas da Família. A medida foi duramente criticada pelo sucessor na Prefeitura, que considerou insustentável a manutenção das novas unidades, dada a tendência de queda na arrecadação. Dessa forma, pôs em curso um ajuste fiscal na área, começando com um brusco corte de R\$ 145 milhões nos investimentos em Saúde em 2017, com a criação de não mais que 3 Clínicas da Família naquele ano.

Em 2018, destacou-se a incompatibilidade entre o valor investido na Saúde (R\$ 52 milhões) e o que fora previsto na Lei Orçamentária Anual (R\$ 367 milhões). Tal disparidade se deu no contexto de forte revisão pela Câmara de Vereadores do projeto orçamentário enviado pelo Prefeito, com a adição de quase R\$ 2 bilhões à proposta orçamentária inicial. A realidade financeira da Prefeitura, entretanto, impossibilitou a execução das despesas como prevista pela Câmara, ficando claro ao final de 2018 que diversas pastas estavam superestimadas, entre elas a Saúde. Ainda assim, foi verificada uma retomada dos investimentos na Saúde neste ano, embora ainda muito aquém dos valores praticados na gestão anterior. Considerando a previsão de não investir mais que R\$ 20 milhões na Saúde em 2019, é possível constatar a manutenção da política de austeridade do prefeito Crivella e seu impacto sobre o orçamento da Saúde. A proposta de corte nos gastos da Estratégia

de Saúde da Família reforçada pela Prefeitura em 2018 e a redução do investimento em Saúde em 2019 sugerem que as metas físicas apresentadas no Plano Plurianual 2018-2021 (construção de 6 Clínicas da Família em 2018 e 14 em 2019) são incompatíveis com a realidade fiscal do município e não devem ser cumpridas.

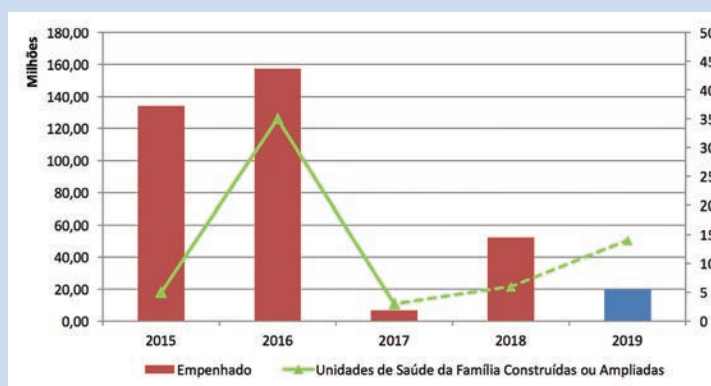
A manutenção da saúde pública

A análise dos dados relativos às despesas correntes com Saúde pelo Município revela um aumento de aproximadamente R\$ 300 milhões no Custeio da Saúde em 2016, decorrente principalmente da municipalização dos hospitais estaduais Albert Schweitzer e Rocha Faria. Nota-se que o aumento se deu essencialmente nessa rubrica, que inclui despesas com a manutenção hospitalar e os repasses às Organizações Sociais de Saúde, enquanto os gastos com pessoal estatutário foram contidos, mantendo a ten-

dência de leve queda frente à inflação. A partir de 2017, pode ser verificada a nova tendência iniciada pelo prefeito Crivella de redução nas despesas de Custeio da Saúde, devido à política de cortes na Saúde, a qual é motivada em grande parte pela tendência de queda na arrecadação, que tem se revelado a principal causa da deterioração da rede pública de saúde carioca.

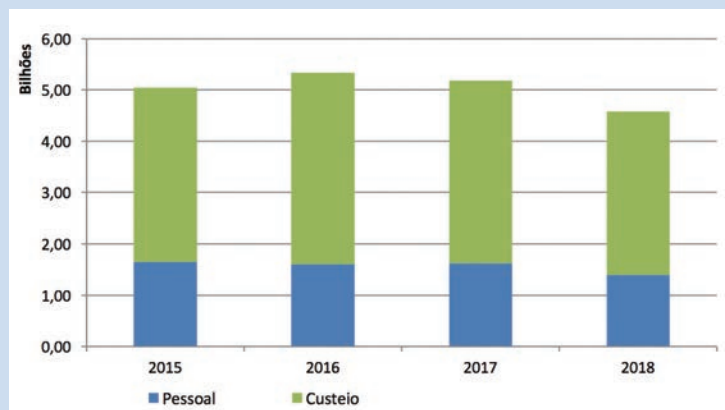
As declarações do Secretário da Casa Civil, Paulo Messina, em defesa da extinção de 184 equipes de Saúde da Família, com a consequente demissão de 1.400 profissionais de saúde, dão indícios de que a política de redução das despesas com a saúde terá continuidade. Os dados do DATA-SUS apresentados no Quadro 1 demonstram que 2018 encerrará com 21 equipes de Saúde da Família a menos que 2017 e o número de profissionais municipais de saúde, que em 2016 chegara a 81 mil, em outubro de 2018 não passa de 75,7 mil trabalhadores, sendo aproximadamente meta-

Gráfico 1 – Investimento em Saúde e Unidades de Saúde da Família Construídas ou Ampliadas



*Para os anos de 2018 e 2019, as quantidades de Unidades de Saúde Construídas ou Ampliadas são metas. Fonte: Prestação de Contas 2015-2017; LOA 2018; Fincon acessado em 03/12 de 2018; Relatório de Gestão 2015-2017; PPA 2018-2021.

Gráfico 2 – Despesas Correntes em Saúde



Fonte: Prestação de Contas 2015-2017; Fincon acessado em 03/12 de 2018.

de desses profissionais terceirizados através dos contratos de gestão com OSS, portanto altamente vulneráveis à política de redução do orçamento da Saúde, dada a maior flexibilidade das relações de trabalho dessa categoria.

Alterações no orçamento da Saúde

Tradicionalmente a Câmara de Vereadores concede ao Prefeito um direito exacerbado de alteração da proposta orçamentária através da concessão de uma margem de remanejamento de 30% do orçamento, que é muito superior à parcela sob discricionariedade do Prefeito, o que muito prejudica a transparência e eficácia orçamentária. No caso da Saúde, o saldo dos remanejamentos até 21 de setembro era negativo em R\$ 160,23 milhões, revelando que essa foi a quantidade retirada da pasta ao longo do exercício. Em dois meses, novos cancelamentos aprofundaram esse saldo para R\$ 310,23 milhões, destinados principalmente aos Encargos Gerais do Município (vide Gráfico 3). Esses encargos são basicamente despesas financeiras, como o pagamento

de dívidas, e benefícios de pessoal, que incluem Planos de Saúde, para os quais apenas esse ano já foram destinados R\$ 128,68 milhões – 73% do valor transferido da SMS para o órgão. O prefeito retira da Saúde pública para custear os Planos de Saúde privados dos servidores. O Gabinete do Prefeito e a Casa Civil do Secretário Messina são outros dois órgãos para os quais foram transferidas dotações da Saúde, que somam R\$ 32,92 milhões.

O principal destino, entretanto, foi a Reserva de Contingência (RC), uma reserva de dotação para eventualidades que exijam robusta quantidade de recursos, que recebeu R\$ 279,01 milhões vindos da Saúde. Na gestão de Eduardo Paes, a RC passou a ser usada como rota intermediária das transferências orçamentárias com o objetivo de esconder o verdadeiro destino e tornar mais difícil o rastreamento da origem por parte dos outros poderes e da sociedade interessada em fiscalizar o orçamento.

No exercício em questão – sob a gestão de Marcelo Crivella –, a RC foi utilizada como destino final dos remanejamentos da Saúde, não sendo realocados para outras

pastas. Aliado a isso, o valor contingenciado da Saúde foi de R\$ 323,4 milhões⁵, 56% do contingenciamento de 2017⁶. Quando, em vez de contingenciar, opta-se pelo remanejamento, a Prefeitura está efetivamente cancelando dotações de programas da Saúde, e não somente as bloqueando. Isso significa um valor autorizado menor e dá sustentação a dois elementos da narrativa da atual Prefeitura.

O primeiro é que a atual gestão seria mais eficiente na execução orçamentária, já que aproxima o valor autorizado do efetivamente executado. O segundo é que o verdadeiro orçamento da Saúde seria o autorizado e não aquele aprovado pela Câmara e portanto ele deveria servir de base para o orçamento da Saúde em 2019. Tal narrativa tem funcionado como lastro para a previsão de um orçamento menor para o exercício seguinte.

O futuro da saúde carioca

O orçamento para a área da Saúde apresentado na PLOA 2019 mostra uma redução de 12% em relação ao orçado para 2018. Com isso, o peso da Função Saúde caiu em comparação às demais pastas, pois representava 20% da despesa total em 2018 e representa 17% do orçamento em 2019, isso porque houve uma expansão de R\$ 400 milhões no orçamento total, que chegou a R\$ 30,6 Bilhões vis-à-vis a queda de R\$ 725 milhões na Saúde.

Segundo o governo, trata-se de uma adequação do orçamento à realidade financeira da Prefeitura; entretanto, tal adequação faria sentido se feita no lado das receitas, recorrentemente superestimadas em mais de R\$ 4 bilhões. Apesar disso, a previsão é novamente de

aumento nas receitas, confirmando que a redução no orçamento da Saúde é de fato um corte, que terá impacto negativo na despesa de várias unidades de saúde, sendo as mais atingidas os Hospitais Ronaldo Gazolla, Mariska Ribeiro (provavelmente pela realocação do Albert Schweitzer para a Rio Saúde) e Souza Aguiar, com reduções no orçamento de 42%, 38% e 20% respectivamente.

A comparação da despesa empenhada em 2018, até novembro, com a previsão para 2019 torna ainda mais evidente que tal redução não é apenas uma adequação de despesas, visto que programas como a "Atenção Primária à Saúde" apresentam uma dotação menor que seu valor empenhado em 2018, no caso uma redução de R\$ 179,3 milhões ou 15%, enquanto as Clínicas de Especialidades tiveram um corte de R\$ 4 milhões e o Hospital Pedro II, de R\$ 5,2 milhões.

Para a realização de tais cortes, foi apresentada ao Legislativo uma proposta de "Reorganização dos Serviços de Atenção Primária à Saúde no município, com o objetivo de "otimizar recursos" por meio da desativação de 184 equipes de saúde da família e 55 equipes de saúde bucal, além da reconversão das Clínicas de Família dos bairros que possuem o IDH mais elevado em Postos de Saúde e da instauração de programas de capacitação, para que os profissionais de Saúde aprendam a gerenciar e melhorar os processos a um custo mínimo e com o máximo valor de aproveitamento, ou seja, que façam muito mais com menos recursos.

Uma das justificativas da Prefeitura para tal mudança é que o corte na Atenção Básica teria o objetivo de liberar recursos para investir na Média e Alta Com-

Quadro 1 – Quantidade de Equipes de Saúde e Profissionais inclusos na Gestão Municipal

Ano	Equipes de Saúde	Profissionais
2015	1.039	78.083
2016	1.407	81.037
2017	1.412	77.796
2018/Out	1.391	75.734

*Dados de outubro de 2018.
Fonte: DATASUS.

plexidade, um contrassenso do ponto de vista sanitário. Todavia, a PLOA 2019 apresenta uma retração de R\$ 24 milhões na Rede de Apoio Secundário à Saúde, em Hospitais e Policlínicas.

Outra maneira encontrada pelo governo Crivella para diminuir os gastos com Saúde foi dar entra-

da em um processo de devolução de 24 unidades de saúde municipalizadas para a União, o que geraria um alívio de ao menos R\$ 350 milhões para a Prefeitura em 2019. Entretanto, o objetivo da medida é forçar a União a repactuar os convênios e garantir a transferência dos recursos necessários pa-

ra custeá-las. Tendo em vista que tais rubricas apresentam dotações no projeto orçamentário, a dúvida que surge é: onde serão alocados esses recursos caso a devolução seja efetivada?

Considerações Finais

Os argumentos utilizados pela Prefeitura para defender o ajuste fiscal e a redução da estrutura de Atenção Básica municipal são pouco sustentáveis e visam atenuar os efeitos negativos das políticas adotadas. Em recente audiência na Câmara, a Secretária de Saúde finalmente confirmou que o orçamento proposto para a Saúde em 2019 carece de R\$ 740 milhões para manter os atu-

ais padrões de serviços. A pretensa readequação, portanto, traz o risco de redução dos atendimentos, aumento nas filas de espera, superlotação de hospitais e sobrecarga dos profissionais de saúde. Ademais, a suposta readequação orçamentária da Saúde entra em contradição quando a estimativa de receitas continua aumentando, revelando que a Saúde de fato perderá relevância no orçamento de 2019, podendo incidir diretamente nos indicadores sociais. A mortalidade no SUS, por exemplo, teve uma queda de 0,4% em 2016, mas voltou a apresentar crescimento de 0,19% nos agregados dos dois anos da gestão atual. Assim, resta claro que o processo em curso se trata de fato de uma repriorização orçamentária da atual gestão em detrimento da Saúde pública. A despeito da situação crítica atual, é certamente um desejo de todos que a Saúde pública saia finalmente da UTI.

1 <https://oglobo.globo.com/brasil/apesar-da-violencia-corrupcao-saude-segure-como-maior-problema-para-eleitores-do-rio-22997457>

2 <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2018/07/28/hospitais-do-rio-sofrem-com-falta-de-equipamentos-leitos-e-ate-papel-higienico.ghtml>

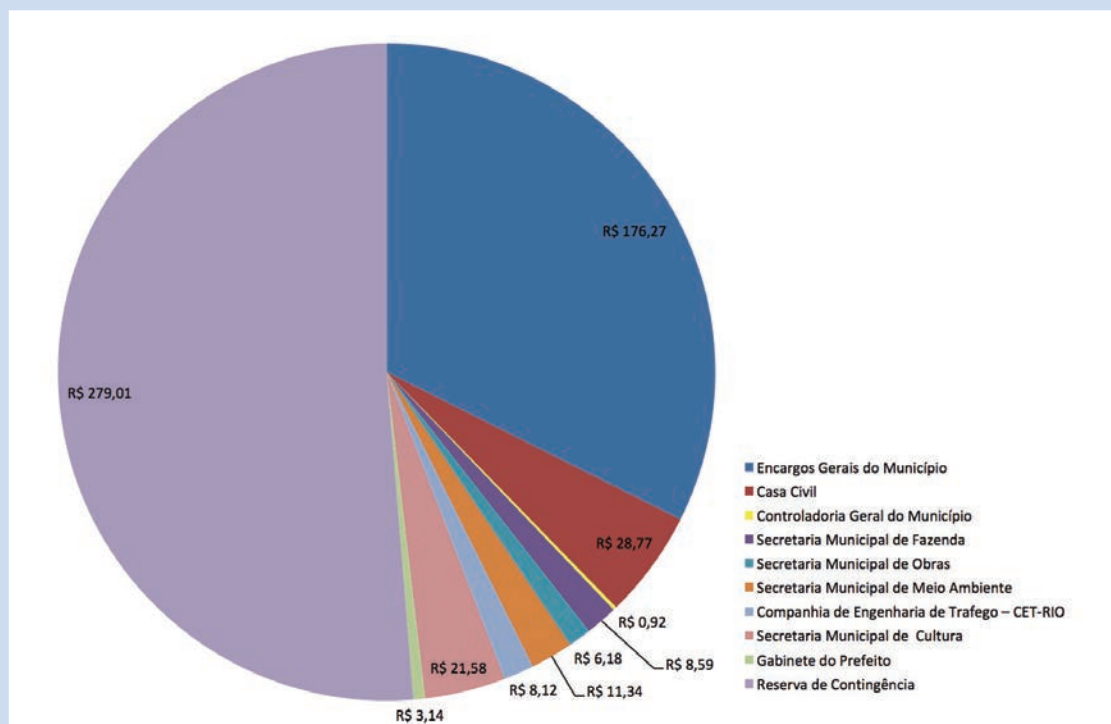
3 <https://epoca.globo.com/quem-marcia-faz-tudo-do-prefeito-crivella-22878815>

4 <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2018/12/05/mp-eleitoral-quer-cassar-crivella-por-uso-eleitoreiro-do-palacio-da-cidade.ghtml?fbclid=IwAR0pTIYryhMjTXBNw3xuAS29nrjE-vftSKK5eFIWJSwEJqeUeuq-VjBeaCIA>

5 Consulta feita em 30/11/2018 no Sistema FINCON.

6 Documento da Prefeitura de Dez/2017 "Situação Fiscal do Município do Rio de Janeiro - Aplicações na Saúde Municipal" cita um contingenciamento de 547,3 milhões (não deflacionado).

Gráfico 3 – Destino dos cancelamentos da Saúde (em milhões)



Fonte: Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro até 06/12/18.

FÓRUM POPULAR DO ORÇAMENTO – RJ (21 2103-0121). Para mais informações acesse www.corecon-rj.org.br/fpo-rj e www.facebook.com/FPO.Corecon.RJ.
Coordenação: Luiz Mario Behnken e Bruno Lopes. Assistentes: Est. Bruno Lins, Est. Daniel Nadai e Est. Hellen Machado. Colaboração do Economista João Tapioca.

Alunos do curso do Corecon-RJ obtêm aprovação no exame da Anpec

Todos os 23 alunos do curso do Corecon-RJ “Atualização em Economia: preparatório para o exame da Anpec 2018” conseguiram aprovação no certame da Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia (Anpec). Dois candidatos passaram para o doutorado e outros 21 para o mestrado em centros de excelência acadêmica associados à Anpec.

Os alunos do curso mais bem colocados na seleção para mestrado, que contou com a participação de cerca de 1.500 candidatas, foram Loraine Laffit Torres dos Santos Silva (45º lugar) e Arnaldo Carvalho Castro (65º).

Os aprovados para mestrado e suas instituições de ensino superior de aprovação são: Agildo Duarte da Silva Junior, UFMG (com bolsa), UFPR (com bolsa), UFV (Viçosa), UFRGS e UFPB; Arnaldo Carvalho Castro, FGV-RJ, UFRJ,

UFF e Uerj; Douglas Eustaquio P. Oliveira, UFF e Unifesp; Eduardo de Freitas Campos, UFRJ, USP-Ribeirão Preto e UFPB; Fabiana Ferreira de Castro, UFG; Flávia Camargo de Araújo, UFF (bolsa), USP-Ribeirão Preto, UNB, UFSC, UFMG e UFPB; Hugo Villarinho Pereira de Carvalho, UFF (com bolsa), UFRJ, Uerj, Ufes e UFPB; Igor Esteves Lopes, Unicamp (bolsa), UFF, UFMG, Unesp, UFRGS, UFSC, UFPB e UFV; Jorge Luiz José da Cruz, UFRGS, UFPB e UFV (bolsa); Loraine Laffit Torres dos Santos Silva, FGV-RJ, USP-capital, USP-Ribeirão Preto, UNB, UFF (1º lugar, com bolsa de estudos), USP-Esalq, UFSM, UFRGS, Uerj, UFPB e UFV; Livea Moreira, UFSCar; Lucas de Carvalho Martins, UFF (com bolsa), UFRGS e UFRJ; Luisa Alem Ribeiro, UFRGS, UFSCar, UFU (Uberlândia), Unesp e UFV; Marcio Roberto de



Oliveira Júnior, UFF (com bolsa) e Uerj; Matheus de Mello Laranjeira, Ufes; Matheus Varanda Soares, UFF (com bolsa), UFRJ, Uerj e UFPB; Mayara Araujo S. Oliveira, UFSCar; Paulo Hora de Andrade Júnior, Ufba e Uerj; Rafael Carijó Vellozo Lucas, UFRJ e UFF; Suelen Cabral Pinto, UFF, Ufes, PUC-SP e Uerj; e Vinicius Galvão L. Branco da Silva, Ufes.

No doutorado, Alessandra de Barros Correia foi aprovada na Uerj e Rômulo Lucas Machado Ferreira na UFPE, UFPR e UFSC.

A Secretaria de Cursos já abriu

as inscrições para o curso “Atualização em Economia: preparatório para o exame da Anpec 2019”. O interessado pode realizar sua pré-inscrição pelo site do Corecon-RJ em www.corecon-rj.org.br/agendados. No site também é possível conferir as ementas das disciplinas, os currículos dos professores, os valores e o calendário. As aulas ocorrerão de 14/1/19 a 20/9/19, no 16º andar da sede do Corecon-RJ. A carga horária total do curso é de 521 horas. Outras informações em (21) 2103-0118 / 2103-0119 e [cursos@corecon-rj.org.br](mailto: cursos@corecon-rj.org.br).

Agenda de cursos

Planejamento Econômico Avançado: A teoria e a prática de elaboração de Cenários Prospectivos aplicada à Economia Brasileira
14/3 a 25/4/2019 | Carga horária: 21 horas
18h45 às 21h45 | terças e quintas
Professor Thiago Moraes

Perícia Econômica
18/6 a 19/11/2019 | Carga horária: 69 horas
18h30 às 21h30 | terças
Professor Roque Dircêo Licks

Seleção de professores

Inscrições: 21/12/18 a 18/01/2019
EDITAL DE 12 DE DEZEMBRO DE 2018
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 1/2018

O Conselho Regional de Economia - 1ª Região – Rio de Janeiro – RJ torna público, nesta data, 21/12/18, em publicação no Diário Oficial da União; o Processo Seletivo Simplificado nº 01/2018 para complementação do cadastro de professores para os cursos oferecidos regularmente em sua sede e para novos cursos. Os interessados deverão ler o Edital na página <http://www.corecon-rj.org.br> ou retirá-lo na Av. Rio Branco nº 109, 16º andar, no Centro do Rio de Janeiro.

JOSÉ ANTONIO LUTTERBACH SOARES
Presidente

anpec
Atualização em Economia:
Preparatório para Exame
Anpec 2019 - 521h

Disciplinas

- Microeconomia
- Macroeconomia
- Estatística
- Matemática
- Economia Brasileira

Material incluso | Café | Data show | Biblioteca | Certificado | Desconto*
Jan a Set /2019 | 2ª a 6ª feiras 18h30 às 21h30 | Alguns sábados 09h às 12h30